

Sumário

Parte I

Aspectos gerais da atividade jurisdicional executiva

Capítulo I O devido processo legal e a execução civil	3
1. Devido processo legal: garantia da parte e fator de legitimação do Estado democrático de direito	3
2. Devido processo legal e tutela executiva	5
3. Devido processo legal, tutela executiva e proteção dos valores do exeqüente e do executado	8
4. Devido processo, tutela executiva e postura do magistrado.	8
Capítulo II Tutela jurisdicional executiva no Código de Processo Civil	12
1. As crises jurídicas e a atividade jurisdicional	13
2. A configuração da atividade jurisdicional executiva no Código de Processo Civil	15
2.1. O Estado liberal e sua influência no CPC/1973	18
2.1.1. A atuação do juiz.	19
2.1.2. A existência de processo autônomo para exercício da tutela jurisdicional executiva	21
2.1.3. Tipicidade dos meios executivos	23
2.1.4. Intangibilidade da vontade humana – ausência de limitações à liberdade e desprestígio da tutela específica	24
2.2. Obrigacionalização da tutela executiva pelo CPC.	25
3. A técnica processual executiva.	26
3.1. Os módulos processuais executivos (fase ou módulo processual e processo autônomo)	27
3.2. Os procedimentos executivos (espécies de procedimentos)	28

3.3. Os provimentos executivos (meios de sub-rogação e meios de coerção)	28
3.3.1. Atos executivos em espécie	32
3.3.2. Penhora e avaliação de bens penhorados	32
3.3.3. Adjudicação, usufruto judicial e arrematação.	34
3.3.4. Meios de coerção (multa etc.).	36
3.4. As diversas classificações da atividade executiva.	37
3.4.1. Execução provisória e execução definitiva.	38
3.4.2. Execução específica e genérica.	41
3.4.3. Execução direta e indireta.	42
3.4.4. Execução singular e coletiva.	44
3.4.5. Execução universal (coletiva) e execução singular (individual)	45
Capítulo III Princípios processuais da execução civil.	46
1. Princípio da livre iniciativa (inércia da jurisdição civil)	46
2. Princípio da disponibilidade da execução civil	47
3. Princípio do desfecho único	51
4. Princípio da atipicidade dos meios executivos.	54
5. Princípio do menor sacrifício possível	55
6. Princípio da especificidade da execução	56
7. Princípio da responsabilização do exequente pela execução indevida. . .	58
8. Princípio do contraditório na execução civil	60
9. Princípio da probidade das partes na execução civil	61
10. Princípio da subsidiariedade do Livro I às regras executivas contidas no Livro II do CPC e vice-versa	63
Capítulo IV Execução civil e responsabilidade patrimonial	66
1. Introdução: débito e responsabilidade	67
2. Natureza substancial da responsabilidade patrimonial.	68
3. Responsabilidade patrimonial: caráter subsidiário da execução	69
4. Responsabilidade patrimonial e execução real.	70
5. Momento de formação da responsabilidade patrimonial	71
6. Responsabilidade patrimonial e limitação à propriedade do devedor . . .	72
7. Garantia patrimonial geral e garantia real	73
8. Responsabilidade patrimonial sobre bens que não mais pertencem ao devedor no momento de instauração da atividade jurisdicional cognitiva ou executiva	74
9. Tutela judicial da responsabilidade patrimonial.	76
9.1. Tutela preventiva	78
9.2. Tutela repressiva	80

9.2.1. Individualização patrimonial e remédios repressivos	81
9.2.2. Requisitos das fraudes contra o credor e a execução	83
10. Bens sujeitos à responsabilidade patrimonial.	89
10.1. Impenhorabilidade.	90
10.1.1. Interpretação dos casos de impenhorabilidade	90
10.1.2. Impenhorabilidade absoluta e relativa	94
10.1.3. O rol do art. 649 do CPC	94
10.1.4. Impenhorabilidade do bem de família (residencial) previsto na Lei nº 8.009/1990.	101
10.1.5. Bens relativamente impenhoráveis	103
10.2. Bens em poder de terceiro.	105
Capítulo V Título executivo.	110
1. Intróito	111
2. Título executivo e devido processo legal	112
3. Crise jurídica, norma jurídica concreta e título executivo	113
4. O “intrínseco” e o “extrínseco” do título executivo.	114
5. A eficácia executiva e abstrata	116
6. Classificação: título judicial e extrajudicial	117
7. Títulos executivos híbridos	121
8. Aspecto formal e material do título executivo	122
8.1. O elemento material: a norma jurídica concreta	123
9. O rol do art. 475-N do CPC e outros títulos judiciais	127
9.1. A sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia (art. 475-N, I).	127
9.2. Sentença penal condenatória transitada em julgado (art. 475-N, II, do CPC).	129
9.3. A sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que verse sobre matéria não posta em juízo	131
9.4. Sentença estrangeira homologada pelo STJ	133
9.5. Formal e certidão de partilha.	133
9.6. A sentença arbitral	134
10. O rol do art. 585 do CPC	134
10.1. O rol do art. 585 e a tipicidade dos títulos executivos extrajudiciais	134
10.2. Título executivo extrajudicial e eficácia abstrata	135
10.3. Art. 585, I (cheque, nota promissória, letra de câmbio, duplicata e debênture)	136

10.4.	Art. 585, II (escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores)	136
10.4.1.	Documento público e particular	137
10.4.2.	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, Defensoria Pública e advogado dos transatores . . .	137
10.5.	Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como de seguro de vida	138
10.5.1.	Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução	138
10.5.2.	Contratos de seguros de vida	140
10.6.	Crédito decorrente de foro e laudêmio	141
10.7.	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	142
10.8.	Créditos de auxiliares de justiça	143
10.9.	A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, Território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.	144
10.10.	Títulos executivos previstos fora do Código de Processo Civil . .	145
Capítulo VI	Inadimplemento e execução civil.	147
1.	Crise de adimplemento e execução	147
2.	Crise de adimplemento: a mora e o “inadimplemento”	148
3.	Inadimplemento como requisito necessário da tutela executiva (art. 580 do CPC)	149
4.	Inadimplemento e exigibilidade.	150
5.	Exigibilidade e contraprestação nos contratos bilaterais	151
6.	Exigibilidade e obrigações sujeitas a condição ou termo.	153
Capítulo VII	A relação processual executiva.	157
1.	Considerações preliminares	157
2.	A relação processual executiva	159
2.1.	A tessitura da relação processual executiva.	159
2.2.	Pressupostos processuais	159
2.2.1.	A competência na execução	160
2.3.	A finalidade da relação processual executiva	160
3.	Procedimentos executivos	161
4.	Cumulação de execuções	163
5.	Tutela de urgência na execução	166

6.	Suspensão da relação processual executiva	167
6.1.	Noções preliminares	167
6.2.	Causas suspensivas e impeditivas da execução.	167
6.3.	Hipóteses de causas impeditivas da execução.	169
6.3.1.	Ausência de bens a penhorar (art. 791, III, do CPC)	169
6.3.2.	Prestação de caução na execução provisória (art. 475-O, III)	170
6.3.3.	Penhora sobre ação e direito do devedor (penhora no rosto dos autos – art. 674 do CPC)	170
6.3.4.	Paralisação para realização da contraprestação (art. 582, parágrafo único, do CPC)	171
6.3.5.	Concurso particular de credores (art. 711 do CPC)	172
6.4.	Hipóteses de causas suspensivas da execução.	172
6.5.	Efeitos da suspensão	173
7.	Extinção da execução	174
7.1.	Extinção do “processo” de execução.	174
7.2.	A sentença no processo de execução	175
7.3.	O rol do art. 794 do CPC	175
7.4.	Art. 794, I (o devedor satisfaz a obrigação)	176
7.5.	Art. 794, II (o devedor obtém por transação, ou qualquer outro meio, a remissão total da dívida).	176
7.6.	Art. 794, I (o credor renuncia ao crédito)	177
7.7.	Remição da execução	178
7.7.1.	Conceito e generalidades	178
7.7.2.	Remição da execução e institutos afins	179
8.	Tipos de remição da execução	180
9.	Recursos na execução.	183
Capítulo VIII	A demanda executiva	185
1.	Execução civil com ou sem demanda (formal) executiva	185
2.	Condições da demanda executiva	185
3.	Elementos da demanda executiva	193
Capítulo IX	Execução provisória.	196
1.	Generalidades	196
2.	Conceito e regime jurídico da execução provisória	199
2.1.	Considerações preliminares.	199
2.2.	Postulados e diretrizes (regras materiais) da execução provisória . .	201
2.2.1.	Responsabilidade objetiva por dano processual (art. 475-O, I, do CPC)	201
2.2.2.	O efeito retroativo da indevida execução provisória	202

2.2.3. Prestação de caução nos casos de alienação do domínio, levantamento de quantia e atos que importem em grave lesão ao executado	204
3. O procedimento da execução provisória	208
4. Execução provisória, suspensividade da execução e oposição do executado	208
5. Preclusão de execução definitiva	212
Capítulo X Litispêndência e coisa julgada na execução civil	213
1. Litispêndência	213
2. Coisa julgada	214

Parte II

A relação jurídica processual em movimento de função executiva – os procedimentos executivos das diversas espécies de execução civil

Intróito	219
---------------------------	-----

Capítulo I Execução da tutela específica fundada em título judicial (arts. 461 e 461-A do CPC).	221
---	-----

Apresentação do tema	222
---------------------------------------	-----

1. Generalidades	223
2. Considerações sobre a tutela específica das obrigações de fazer e não fazer	225
2.1. Obrigações fungíveis e infungíveis	226
3. A conversão em perdas e danos	229
4. O resultado prático equivalente	230
5. A tutela específica do art. 461 do CPC.	231
5.1. Antecipação da tutela (art. 461, § 3º, do CPC)	232
5.2. A multa do art. 461, § 4º	234
5.3. As medidas do art. 461, § 5º, para obtenção do resultado prático equivalente.	236
6. Considerações sobre as modificações introduzidas no art. 287 do CPC.	236
6.1. Observações históricas	236
6.2. Extinção proposital da palavra “condenação” do art. 287.	239
6.3. Substituição da expressão “prestar fato que não possa ser realizado por terceiro” por “prestar ato” do art. 287.	239
6.4. Substituição da expressão “constará da petição inicial” pela expressão “se o autor pedir”	240
6.5. Descumprimento da sentença e da decisão antecipatória da tutela	240

6.6. O art. 461, § 2º, e a nova redação do art. 287	241
6.7. A inclusão da expressão “entregar coisa” no art. 287	242
7. As modificações do art. 644	243
7.1. Aspectos preliminares	243
7.2. Títulos executivos judiciais e a relação jurídica processual autônoma	244
7.3. Aplicação subsidiária do art. 461 para títulos executivos extrajudiciais	245
8. Cumprimento de obrigações de prestar declaração de vontade (concluir contrato)	247
8.1. Natureza da obrigação de emitir declaração de vontade	247
8.2. A renumeração dos arts. 639, 640 e 641. Os atuais arts. 466-A, 466-B e 466-C	248
9. A tutela específica das obrigações de entrega de coisa (art. 461-A)	249
9.1. O art. 461-A se aplica às demandas que visem ao adimplemento de obrigações de dar a coisa propriamente dita e de restituição de coisa	252
9.2. Entrega de coisa certa e coisa incerta	254
9.3. Entrega de coisa e devido processo legal	257
9.4. As obrigações de entrega de coisa e a utilização dos meios de coerção previstos no art. 461	259
9.5. A obrigação de entrega de coisa também é forma de tutela específica	260
9.6. Ar. 461-A e a obtenção da tutela específica	261
9.7. Art. 461-A: mandado de cumprimento da obrigação (<i>caput</i>) e mandado de execução (§ 2º)	264
9.8. Art. 461-A, § 3º: expressa referência de aplicação das técnicas dos §§ 1º a 6º do art. 461	266
9.9. O art. 461-A e a extinção dos embargos do executado fundados em título executivo judicial	268
9.10. Arts. 461-A e 745, §§ 1º e 2º (embargos de retenção por benfeitorias)	271
9.11. Alterações no art. 627 em razão da supressão do processo de execução autônomo fundado em título executivo judicial	274
Capítulo II Execução das obrigações específicas (entrega de coisa de fazer e não fazer) fundadas em título extrajudicial	276
1. Introdução	276
2. Natureza pessoal ou real da execução de entrega de coisa	277
3. Entrega de coisa <i>certa</i> e <i>incerta</i>	277

4.	Procedimento para entrega de coisa certa	278
4.1.	Postulação	278
4.2.	Multa diária a ser fixada pelo juiz	278
4.3.	Expedição de mandado executivo e embargos do executado	279
4.4.	Alienação da coisa pelo executado	281
4.5.	Conversão da execução específica para pagamento de quantia (perdas e danos)	282
4.6.	Execução para entrega de coisa incerta	283
5.	Aplicação subsidiária do art. 461-A ao procedimento executivo dos arts. 621 e segs.	284
6.	Embargos de retenção por benfeitorias	285
7.	Execução das obrigações de fazer e não fazer fundadas em título executivo extrajudicial	286
7.1.	Considerações gerais	286
7.2.	O procedimento previsto nos arts. 632 e segs.	286
7.2.1.	Considerações gerais	286
7.2.2.	O início do processo de execução	288
7.2.3.	Prazo para embargos e prazo para cumprimento voluntário da obrigação	288
7.2.4.	A opção pelas perdas e danos	289
7.2.5.	A multa coercitiva	289
7.2.6.	Procedimento da execução das obrigações fungíveis	290
7.3.	Execução das prestações infungíveis	291
7.4.	“Execução” das obrigações de emitir declaração de vontade	292
7.5.	Execução das obrigações de não fazer previstas nos arts. 642 e 643 do CPC	293
Capítulo III Execução por quantia certa		295
1.	Execução por quantia certa e expropriação forçada	295
2.	Expropriação e poder de império do Estado	296
3.	Configuração da execução por quantia certa no Código de Processo Civil	297
4.	Técnicas executivas expropriatórias (instrumentais e finais) previstas no Código de Processo Civil	298
5.	A escolha das técnicas executivas finais na execução por expropriação	299
Capítulo IV Execução por quantia certa contra devedor solvente		305
1.	Introdução	306
2.	O início da execução por quantia certa contra devedor solvente	308

3.	A formação da relação executiva: a citação do executado e o arresto dos bens na execução fundada em título extrajudicial, e a intimação do advogado do executado na execução fundada em título judicial.	311
3.1.	Fase postulatória na execução para pagamento de quantia fundada em título extrajudicial	311
3.2.	Fase postulatória na execução para pagamento de quantia fundada em título judicial	315
3.2.1.	Considerações sobre a multa de 10% do valor da condenação prevista no art. 475-J.	317
3.2.2.	A competência na execução para pagamento de quantia fundada em título judicial (art. 475-P)	323
4.	Atitudes do executado no procedimento executivo para pagamento de quantia fundada em título extrajudicial e em título judicial	328
4.1.	Nas execuções fundadas em títulos extrajudiciais.	328
4.2.	Nas execuções fundadas em títulos judiciais.	329
5.	Nomeação à penhora	330
5.1.	Aspectos gerais	330
5.2.	Nomeação à penhora nas execuções fundadas em títulos extrajudiciais	331
5.3.	Nomeação à penhora nas execuções fundadas em títulos judiciais.	334
6.	Penhora.	338
6.1.	Conceito e natureza jurídica	338
6.2.	Efeitos da penhora	339
6.2.1.	Efeitos materiais	339
6.2.2.	Efeitos processuais	342
6.3.	Objeto da penhora	343
6.4.	Forma de realização da penhora	345
6.5.	Intimação da penhora	348
6.6.	Modificações da penhora.	349
6.6.1.	Modificações quantitativas e qualitativas (art. 685 do CPC)	349
6.6.2.	Modificações qualitativas (substituições) excepcionais do objeto da penhora.	352
6.7.	Penhoras especiais	355
6.7.1.	Penhoras de créditos e outros direitos patrimoniais	355
6.7.2.	Da penhora, do depósito e da administração de empresas e outros estabelecimentos	357
6.7.3.	Penhora de empresa concessionária ou permissionária de serviço público	358
6.7.4.	Penhora de navio ou aeronave	359

7. Da penhora <i>on-line</i>	359
8. Da avaliação	365
9. Expropriação dos bens do executado	369
9.1. Adjudicação do bem penhorado	371
9.1.1. A adjudicação do bem penhorado e resultado prático equivalente	371
9.1.2. Adjudicação e pagamento ao credor	372
9.1.3. Momento para requerer	373
9.1.4. Bens móveis ou imóveis	375
9.1.5. Procedimento e legitimação para requerer a adjudicação do bem penhorado	375
9.1.6. Adjudicação, oposição do executado e ação anulatória	377
9.2. Alienação por iniciativa particular	378
9.3. Alienação em hasta pública	380
9.3.1. Considerações gerais	380
9.3.2. Edital	381
9.3.3. A arrematação	386
9.4. Usufruto de imóvel ou móvel	398
9.4.1. Critérios para a utilização do usufruto de imóvel (móvel e semovente) como técnica expropriatória	398
9.4.2. Natureza jurídica do usufruto judicial	399
9.4.3. A iniciativa para decretação do usufruto judicial	400
9.4.4. Momento para decretação do usufruto	401
9.4.5. A decretação do usufruto judicial	403
9.4.6. Objeto do usufruto judicial	404
9.4.7. Procedimento do usufruto judicial	404
Capítulo V Execução contra a Fazenda Pública	406
1. Introdução	406
2. Regimes executivos especiais envolvendo a Fazenda Pública	407
3. Razão do regime especial dos “precatórios” contra a Fazenda Pública	408
4. Características do procedimento executivo previsto no art. 100 da CF/1988 c/c arts. 730 e segs. do CPC	409
4.1. Execução fundada em título judicial ou extrajudicial	409
4.2. Embargos do executado ofertados pela Fazenda Pública (art. 741 do CPC)	410
4.3. Execução provisória contra a Fazenda Pública	414
4.4. Precatório judicial e pagamento ao credor	417
4.5. Execução de honorários advocatícios em face da Fazenda Pública	420

Capítulo VI	Execução da prestação alimentícia	423
1.	Introdução	424
2.	Alimentos (conceito, classificação e características)	424
3.	Alimentos e a relação jurídica material	426
3.1.	<i>Ratio essendi</i> da relação jurídica material alimentícia	427
3.1.1.	Parentesco	427
3.1.2.	Matrimônio	427
3.1.3.	Voluntários	428
3.1.4.	Ressarcitórios	429
4.	A obrigação alimentícia e a sua tutela processual	429
4.1.	Ação de alimentos no rito especial (Lei nº 5.478/1968)	429
4.2.	Ação cautelar de alimentos (art. 852 do CPC – alimentos provisionais)	430
4.3.	Ação ordinária de alimentos	431
5.	Execução da prestação alimentícia	431
5.1.	Considerações gerais	431
5.2.	Execução de alimentos e título executivo	432
5.3.	Os processos sincréticos (título judicial) – Lei nº 11.232/2005 – e a execução da prestação alimentícia	433
5.4.	Técnicas executivas aplicáveis à execução da prestação alimentícia	434
5.5.	Os procedimentos executivos para execução de alimentos no Código de Processo Civil	434
5.6.	Técnica sub-rogatória do desconto em folha	437
5.7.	Desconto em folha e impenhorabilidade do salário	439
5.8.	Execução de liminar ou tutela antecipada	439
5.9.	Levantamento antecipado sem caução	440
5.10.	Princípio da utilidade e prazo do art. 733 do CPC	440
5.11.	Duvidosa constitucionalidade da limitação dos fundamentos dos embargos do art. 733 do CPC	441
5.12.	Execução da prestação de alimentos na Lei Federal nº 5.478/1968	441
6.	Execução indireta: prisão civil do devedor de alimentos	442
6.1.	Noções preliminares	442
6.2.	Competência do juízo	443
6.3.	Decretação de ofício da prisão	444
6.4.	Graduação para a concessão das medidas constritivas previstas no art. 733 do CPC	444
6.5.	Prisão civil nos casos de alimentos devidos por ato ilícito	445
6.6.	Alimentos pretéritos e prisão civil	449

6.7. Prazo da prisão	449
6.8. Alimentos <i>ad litem</i> e prisão civil.	451
6.9. Procedimento da execução com coerção.	451
6.10. Defesa do devedor.	453
6.11. Inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia	454
Capítulo VII Execução por quantia certa contra devedor insolvente	457
1. Enquadramento do tema.	457
2. Execução singular e execução coletiva	458
3. A natureza do procedimento de execução por quantia contra devedor insolvente	459
4. Insolvência civil	461
4.1. Insolvência econômica (meramente fática) e jurídica	461
4.2. Insolvência fática e facultatividade do pedido de insolvência	462
4.3. Insolvência jurídica e obrigatoriedade de vinculação ao juízo universal	462
4.4. Caracterização da insolvência civil	463
4.5. Legitimidade para requerer a insolvência civil	463
5. Procedimento da insolvência civil (primeira fase).	464
5.1. Iniciado pelo credor.	464
5.2. Iniciado pelo devedor ou pelo seu espólio (art. 759).	465
6. Tipo e natureza do provimento que “declara” a insolvência	466
7. Efeitos da sentença que julga o pedido de decretação de insolvência	468
7.1. Vencimento antecipado das dívidas.	469
7.2. Arrecadação dos bens do devedor que sejam suscetíveis de penhora	470
7.3. Impedimento do devedor de administrar seus bens até a total liquidação da massa.	470
7.4. Início da execução universal propriamente dita	472
7.4.1. Incidente de verificação e classificação dos créditos	473
7.4.2. Pagamento dos credores	475
8. Credores retardatários e credores sem título executivo	477
9. Extinção das obrigações e cessação do estado de insolvência civil.	478

Parte III

Demandas e incidentes conexos à execução civil

Capítulo I Liquidação do provimento judicial	483
1. Introdução.	483
2. Liquidação e norma jurídica (quase) concreta	484
3. Liquidação e princípio da estabilidade da demanda.	485

4. O objeto da liquidação	487
4.1. Liquidação pela individualização do objeto (arts. 286, I, e 603)	489
4.2. Liquidação do valor (<i>quantum</i>)	493
4.3. Liquidação nas ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos	494
5. Liquidação: processo incidente ou questão processual incidental	496
5.1. O incidente de liquidação	497
5.1.1. O procedimento liquidatório padrão (arts. 475-A e segs. do CPC)	497
5.2. O julgamento da liquidação	498
6. Espécies de liquidação	500
6.1. Procedimento do incidente processual de liquidação	501
6.1.1. Legitimidade	502
6.1.2. Competência	502
6.1.3. Procedimento	502
6.1.4. Contumácia na liquidação	503
6.1.5. Defesa	504
6.1.6. Liquidação e recursos	506
Capítulo II Concurso de exeqüentes (credores)	507
1. Introdução	507
2. Natureza jurídica	508
3. Requisitos	509
3.1. Concurso de exeqüentes <i>versus</i> concurso de credores	509
3.2. Duas ou mais penhoras sobre o mesmo bem	510
3.3. O exercício do direito de preferência	511
4. Objeto	514
5. Legitimidade	515
6. Procedimento	516
Capítulo III Oposições do executado	518
Apresentação do tema: as posições jurídicas das partes e a atividade jurisdicional	519
1. O demandado na execução	521
2. As oposições típicas do executado na execução	523
3. Título executivo e os dois meios de opor-se à execução?	524
4. A topografia da <i>impugnação do executado</i> no CPC	525
5. A topografia dos embargos do executado no CPC	528
6. Os meios atípicos de oposição à execução	531

7. Os embargos do executado (art. 736) e da impugnação do executado (art. 475-L): processo incidental e incidente processual.	532
8. Natureza jurídica dos embargos do executado	536
9. Natureza jurídica da impugnação do executado.	538
10. A pretensão nos embargos do executado	538
11. A “pretensão” na <i>impugnação do executado</i>	541
12. Embargos do devedor e embargos de terceiro	541
13. Embargos do devedor e impugnação do executado: distinções	542
14. Os embargos à execução de sentença da Fazenda Pública (art. 741 do CPC)	547
14.1. Sobrevivência dos embargos à execução fundada em sentença – embargos da Fazenda Pública	548
15. Classificações genéricas aplicáveis aos embargos e à impugnação do executado	549
16. Condições de admissibilidade dos embargos do devedor e da impugnação do executado.	550
16.1. Possibilidade jurídica do pedido	550
16.2. Interesse processual	552
16.2.1. Prazo nos embargos e na impugnação do executado	552
16.2.2. Segurança do juízo	555
16.3. Legitimidade das partes nos embargos e na impugnação do executado	561
16.3.1. Nos embargos do executado	561
16.3.2. Na impugnação do executado	563
17. Competência nos embargos e na impugnação do executado	563
18. Pagamento da quantia e preclusão lógica para opor-se à execução	565
19. As matérias a serem opostas pelo executado	567
19.1. Impugnação do executado (art. 475-L do CPC)	568
19.1.1. Taxatividade do rol	568
19.1.2. Falta ou nulidade de citação se o processo correu à revelia (art. 475-L, I)	570
19.1.3. Inexigibilidade do título (art. 475-L, II)	572
19.1.4. Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 475-L, III).	574
19.1.5. Ilegitimidade das partes (art. 475-L, IV)	575
19.1.6. Excesso de execução (art. 475-L, V)	575
19.1.7. Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição desde que supervenientes à sentença (art. 475-L, VI)	577

19.1.8. Impugnação à adjudicação e à arrematação	578
19.2. Nos embargos do executado	579
19.2.1. <i>Embargos de retenção por benfeitorias</i>	582
19.2.2. Embargos à arrematação e à adjudicação	584
19.3. Dos embargos à execução opostos pela Fazenda Pública (art. 741)	585
20. Efeito suspensivo nas oposições do executado	588
20.1. O surgimento do efeito suspensivo <i>ope judicis</i>	588
20.2. Características gerais do efeito suspensivo aplicáveis às oposições do executado (impugnação e embargos)	589
20.3. Efeito suspensivo na impugnação do executado	591
20.3.1. Considerações gerais.	591
20.3.2. Critérios para a concessão do efeito suspensivo à impugnação	592
20.3.3. Efeito suspensivo e contracautela prestada pelo exequente .	595
20.4. Julgamento dos embargos do executado e efeito do recurso.	596
20.5. Efeito suspensivo nos embargos do executado	598
21. O procedimento das oposições do executado.	599
21.1. Intróito	599
21.2. Procedimento dos embargos do executado	600
21.3. Procedimento da impugnação do executado	604
Capítulo IV Embargos de terceiro	608
1. Processo e terceiros	608
2. Atos judiciais constritivos e terceiros.	609
3. Escorço histórico no direito brasileiro	611
4. Conceito	612
5. Natureza jurídica	613
6. O conceito de terceiro	615
7. Elementos da demanda.	615
8. Prazo dos embargos de terceiro	620
9. Competência.	621
10. Procedimento	622
11. Reconvenção e ação declaratória incidental em embargos de terceiro .	623
12. Liminar em embargos de terceiro.	623
13. Recurso de apelação.	623
14. Fraude contra credores e fraude à execução.	624
15. Compromisso de compra e venda e embargos de terceiros	624